



Universidade de Brasília - UnB

Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas Públicas (FACE)

Departamento de Economia

MATHEUS YOSHIKAWA STACISSINI

**EDUCAÇÃO SUPERIOR E DESIGUALDADE: UMA REVISÃO DO DESENVOLVIMENTISMO E DO
NEOLIBERALISMO**

Brasília – DF

2020

MATHEUS YOSHIKAWA STACISSINI

EDUCAÇÃO SUPERIOR E DESIGUALDADE: UMA REVISÃO DO DESENVOLVIMENTISMO E DO
NEOLIBERALISMO

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, no curso de Graduação da Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília.

Orientadora: Professora Dra. Daniela Freddo

Brasília – DF

2020

Aos meus pais Lidia Hatsumi Yoshikawa e Nilton Stachissini por me motivarem e me inspirarem todos os dias. À minha Orientadora, Daniela Freddo, pela paciência, companheirismo e orientação. Aos meus irmãos de vida Daniel Carvalho, Artur André, Tiago Seixas, Henrique Cintra e Vitor Carioca pelo apoio e pelos momentos de reflexão ao longo dos tantos anos de convívio. À Ananda Winter pela presença, carinho e incentivo. Aos amigos do curso de graduação que compartilharam dos inúmeros desafios ao longo desses anos. Obrigado.

RESUMO

Esta monografia objetiva analisar algumas políticas sociais realizadas ao longo do século XXI, especificamente, as que foram implementadas nos governos do Partido dos Trabalhadores. O estudo foi realizado com uma revisão da bibliografia acerca do Desenvolvimentismo que norteou grande parte das medidas adotadas por esses governos. Apontamos os erros, acertos e as consequências destas políticas na Educação Superior. Analisamos a *interseccionalidade de direitos* como instrumento de acesso ao Ensino Superior e de modificação estrutural da sociedade. Também analisamos o pensamento neoliberal que preconiza a austeridade do Estado. Pretendemos com este estudo contrapor ambas correntes de pensamento, desenvolvimentista e neoliberal, e propomos um horizonte para o futuro da Educação Superior.

Palavras-Chave: Desenvolvimentismo; Educação Superior; Neoliberalismo.

ABSTRACT

This monography aims at analyzing some social politics carried out during the 20th century, more specifically, the ones that were implemented during the Labor Party government. The study made a literature review about Developmentalism that guided most policies that were made by this government. We point out the mistakes, hits, and the consequences of this policies in College Education. We analyze the intersectionality of rights as an instrument of access to the College Education and the structural modification of society. Also, we analyze the neoliberal thinking that advocates austerity of the State. We intend, with this study, to oppose both currents of thought, developmentalism and neoliberal, and propose and horizon for the future of College Education.

Key-Words: Developmentalism; College Education; Neoliberalism

ÍNDICE

Introdução.....	10
CAPÍTULO 1 - Uma Revisão do Estado Desenvolvimentista	11
1.1 - Estado Desenvolvimentista e suas vertentes.....	11
1.2 - Política Fiscal Aliada Da Política Monetária Para Novo e Social Desenvolvimentistas.....	16
1.3 - Ortodoxia e Novo Desenvolvimentismo.....	18
1.4 - O Brasil e as Análises do Novo e Social Desenvolvimentismo: Críticas e Acertos da Gestão Petista.....	20
CAPÍTULO 2 - - Universidade e Desenvolvimento (Marco da Constituição Cidadã (1988) e Século XXI)	23
2.1 - Breve Histórico das Instituições de Ensino Superior.....	25
2.2 - A Educação Superior relacionada ao combate da desigualdade.....	26
CAPÍTULO 3 -- Os Reflexos das Políticas Sociais que Impactaram na Desigualdade de Acesso à Educação Superior no Brasil.....	32
3.1 - Políticas com impactos <i>indiretos</i>	33
3.2 - Políticas com impactos <i>diretos</i>	36
Conclusão.....	43
Bibliografia.....	46

Introdução

O presente estudo busca demonstrar a relação entre concepção de Estado e a tomada de decisão econômica na formulação de políticas públicas. Argumenta-se que a concepção sobre o papel do Estado influi no modo como uma política pública é gerada. Existe uma relação direta entre o modelo de desenvolvimento que se pretende implantar e a definição dos investimentos a serem executados.

Neste sentido, pretendemos analisar a Educação Superior sob a perspectiva do modelo desenvolvimentista em contraposição ao modelo neoliberal e destacar, revisando estas correntes do pensamento econômico, como cada uma determina políticas específicas para essa área educacional. De antemão, destacamos que os modelos e planos implementados a partir de 2002, apesar de representarem um grande avanço para a Educação Superior Pública, não tiveram capacidade de romper com a lógica neoliberal, de forma que os avanços obtidos foram limitados. No primeiro capítulo faremos uma revisão do pensamento desenvolvimentista e suas diferentes vertentes e indicaremos as diferenças existentes ao pensamento neoliberal. Com isso, demonstraremos que as políticas fiscais do Novo Desenvolvimentismo encontram limitações e isso não permite que o Estado realize seu papel de indutor do desenvolvimento como preconizado.

No segundo capítulo, demonstraremos que a Educação Superior pública se relaciona com o Estado desenvolvimentista, cuja lógica de modificação estrutural da sociedade norteia a tomada de decisão sobre os investimentos. Busca-se apontar as limitações que ocorreram nesta lógica no período recente da política Educacional Superior. No terceiro capítulo, apontaremos políticas que modificaram a Educação Superior de forma direta e indireta.

Na conclusão deste trabalho apontamos caminhos e sugestões que podem auxiliar na retomada do desenvolvimento para a sociedade e da expansão do Ensino Público Superior.

1 - Uma Revisão sobre o Estado Desenvolvimentista

Neste Capítulo pretendemos ressaltar o papel do Estado para as diferentes correntes existentes atualmente, no denominado desenvolvimentismo de Estado. Para tanto analisaremos o trabalho de alguns autores, ressaltando as especificidades das correntes por eles defendidas, de maneira a esclarecer as funções determinantes que ajudaram na expansão do Ensino Superior Público e da educação.

Nos próximos capítulos analiso com mais profundidade alguns dados e modificações ocorridas ao longo dos anos 2000 e suas consequências na educação pública. É essencial entender que as políticas adotadas demonstram o papel que o governo quer exercer. Assim, as políticas de Ensino Superior adotadas no período pós 2000 induziram as mudanças estruturais na sociedade que provocaram uma modificação do perfil do estudante do Ensino Superior, fazendo com que o acesso fosse mais democrático. Famílias que não possuíam nenhuma perspectiva de alcançar o Ensino Superior passaram a ter este horizonte de um futuro melhor e mais digno.

Destaco que a desigualdade de acesso ao ensino e a educação no país é, ainda, muito grande e reflete uma série de outras desigualdades que estão presentes na nossa sociedade. Investir em educação é permitir que esse horizonte se modifique e que a desigualdade, ao menos na esfera educacional, seja combatida. Investir em educação é capacitar o indivíduo para sua realização social, desenvolvendo, também, a capacidade crítica, além de aumentar a renda média do indivíduo formado¹, pode desenvolver o comércio local e a cultura, de forma ampla e duradoura.

1.1 - Estado Desenvolvimentista e suas vertentes

A caracterização de um modelo de Estado desenvolvimentista é difícil em vista da sua dinâmica. Assim, buscaremos com a revisão da vasta bibliografia acerca dos diversos entendimentos do que se define Estado Desenvolvimentista traçar as suas características comuns. Este modelo de Estado esteve

¹ Ver a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) realizada pelo IBGE. O rendimento de quem tem nível superior chega a ser três vezes maior se comparado com quem concluiu o ensino médio. Pode chegar a seis vezes se for comparado a quem não possui instrução. Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27594-pnad-continua-2019-rendimento-do-1-que-ganha-mais-equivale-a-33-7-vezes-o-da-metade-da-populacao-que-ganha-menos> - Acesso 03/03/2020.

presente em praticamente todos os países do mundo, principalmente no pós-Segunda Guerra. Atualmente, volta a ganhar destaque no debate econômico, como resposta às crises acarretadas pelo fracasso do modelo neoliberal.

Para Bielschowsky (1988) o desenvolvimentismo é a “ideologia de transformação da sociedade brasileira”. É um projeto voltado para a industrialização como via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento e nega a espontaneidade das forças de mercado como motriz para a superação destes fatores. Isso exige um papel de indutor, planejador do desenvolvimento e, por vezes, de investidor direto. Destaca-se, dada esta difícil tarefa, uma busca constante pela transformação e modificação social que de maneira gradual objetiva melhorar a sociedade, também, através de políticas distributivas.

De acordo com o consenso² existente entre a ortodoxia e a heterodoxia, de que o mercado gera imperfeições que devem ser corrigidas, Chalmers Johnson (1982, 1999) definiu o Estado desenvolvimentista como sendo aquele que objetiva de forma prioritária o desenvolvimento econômico. Ou seja, o Estado Desenvolvimentista está entre o *laissez faire* e o socialismo. Em recente estudo, Curado e Fernández (2018) destacam que para Bielschowsky (1988), Fonseca (2013) e Bresser-Pereira (2006, 2010), expoentes dessa corrente de pensamento, a agenda econômica do Desenvolvimentismo Original era composta por um projeto nacional de desenvolvimento em que o Estado desempenha a função de promoção de atividades industriais para melhorar a situação econômica e social da nação.

Um ponto crucial para entendermos o que determina a divisão do Desenvolvimentismo em diversas vertentes é a falta de consenso acerca de como deve ser feito o financiamento dos investimentos industriais, basicamente resumida à questão fiscal. Não por isso devemos supor que há um descaso com a questão fiscal por parte desses pensadores, pelo contrário, pretendemos evidenciar que as fontes de financiamento são responsáveis não só pelas divergências internas na Teoria Desenvolvimentista, bem como, diferenciam-nas umas das outras, seja em Desenvolvimentismo Original, Novo Desenvolvimentismo e Social Desenvolvimentismo. (Curado e Fernandez, 2018)

O Desenvolvimentismo Original, segundo Bresser-Pereira (2019) se desenvolveu entre os anos de 1940 e 1960 por nomes como Raúl Prebisch, Celso Furtado, Michael Kalecki, Arthur Lewis, entre outros. E surgiu como oposição à escola neoclássica. Tinha por objetivo a industrialização voltada para o

² Ver Capítulo 1 da obra de Mazzucatto (2014) “O Estado Empreendedor”.

crescimento econômico por um processo, nas palavras do autor, de “sofisticação produtiva”. (Bresser-Pereira, 2019, p. 214)

O Novo-Desenvolvimentismo é determinado pelo estudo dos conceitos de autores como Bresser-Pereira (2006, 2010), Morais e Saad-Filho (2011), Bresser e Gala (2012) e Mollo e Fonseca (2013). Na concepção destes autores, há um consenso de que o mercado não tem capacidade, sozinho, de conduzir o desenvolvimento de uma nação. Estado e mercado devem atuar juntos em termos de construção de uma “estratégia nacional de desenvolvimento” que vai além de políticas econômicas pontuais. O Estado deve ser cuidadoso na realização de investimentos e na política industrial.

Para esta corrente desenvolvimentista existe uma conexão entre Estado e mercado que busca promover o desenvolvimento social comum por via de interesses correlatos que podem ser associados e criam possibilidades de instituições e políticas orientadas para esse fim (Bresser e Gala, 2012). Em consonância aos desenvolvimentistas precursores como Prebisch (1949) e Kaldor (1966) a corrente Novo Desenvolvimentista retoma o argumento do Desenvolvimentismo Original de que é necessário que as **atividades industriais** exerçam um papel central para o desenvolvimento, cuja essência, depende da consolidação de uma estrutura produtiva em **moldes industriais**. (Curado e Fernandez, 2018)

“Em síntese, a construção de uma estratégia nacional de desenvolvimento elaborada e executada através da coordenação entre Estado e mercado é o ponto de partida da agenda novo desenvolvimentista” (Curado e Fernandez, 2018, p. 5). Ou seja, há um consenso quanto à capacidade ativa de ação do Estado e o foco em políticas que sejam voltadas para a estrutura produtiva industrial.

Bresser-Pereira e Gala (2012) destacam o papel de **distribuir renda** e da definição de uma política de salário mínimo, além de rendas que contribuam para que salários cresçam em harmonia com a produtividade. Não obstante, há diferenças substanciais entre os Desenvolvimentistas Originais e os Novo Desenvolvimentistas, de acordo com Bresser-Pereira e Nakano (2003), no que diz respeito a **forma de financiamento** do Estado que, no caso dos Novo Desenvolvimentistas, deve se pautar na poupança interna, evitando o uso de déficits em transações correntes na Balança de Pagamentos como mecanismo de financiamento do Estado como defendem os Desenvolvimentistas Originais.

Destacamos que, de forma contemporânea, um grupo de economistas do Instituto de Economia (IE) da UNICAMP iniciou a construção de uma alternativa ao Novo Desenvolvimentismo que se intitula “Social Desenvolvimentismo”. Dentre os pensadores desta corrente destacamos o trabalho de Curado e Fernandez (2018): André Bincarelli, Pedro Paulo Zahluth Bastos, Pedro Rossi e Ricardo Carneiro. A essência

da proposta desta vertente desenvolvimentista mais social é, segundo Biancarelli e Rossi (2014), orientar e determinar as políticas a serem adotadas pelo Estado para o desenvolvimento da Nação tendo como elemento central a **ênfase na dimensão social**.

Isso se deve ao fato de que nas décadas de 1960 e 1970 o desenvolvimentismo, diverso como é, possibilitou um rápido crescimento econômico e transformou as estruturas produtivas em diversos países, mas com uma piora na distribuição de renda (Biancarelli e Rossi, 2014).

Segundo Carneiro (2012) são quatro eixos fundamentais que pautam o Social Desenvolvimentismo:

1. Melhoria da distribuição de renda.
2. Ampliação da infraestrutura econômica e social.
3. Reindustrialização por adensamento de cadeias produtivas.
4. A expansão do setor baseado em recursos naturais.

Em suma o Social Desenvolvimentismo se concentra no desenvolvimento com determinados ganhos sociais que antes não estavam orientando o projeto de Estado desenvolvimentista. Há um foco na redistribuição da renda e na ampliação de mercado interno, bem como, na estrutura social que visa a combater os níveis de miséria e preservar o meio ambiente. Há, segundo Curado e Fernandez (2018), no Social Desenvolvimentismo um resgate das ideias do Desenvolvimentismo Original se comparado ao Novo Desenvolvimentismo no que tange ao papel mais amplo para a ação do Estado na economia, especialmente, para **alocar fatores** visando à realização de investimentos e de distribuição de renda, enfatizando o papel do mercado interno como determinante para a dinâmica econômica do país. (Curado e Fernandez, 2018, p.8).

De mais a mais, para efeito comparativo, os Novo Desenvolvimentistas visam à busca pela competição industrial. Ou seja, um desenvolvimento voltado para propor um ambiente que possibilite que os produtos nacionais sejam competitivos no mercado externo, e que o país possa ser exportador de produtos industrializados. Como o Brasil ficou muito tempo com as taxas de juros em patamares elevados e o câmbio valorizado, Curado e Fernandez (2018) preconizam que temos raízes problemáticas para atingir os objetivos propostos pela macroeconomia Novo Desenvolvimentista. Já o Social Desenvolvimentismo, por outro lado, está voltado para a criação de um mercado interno competitivo e que possa vir a impulsionar o crescimento, indo na contramão do que é esperado pela vertente Novo Desenvolvimentista.

Podemos sintetizar as diferenças de pensamento destas vertentes em três pontos principais, de acordo com Curado e Fernandes (2018), indicadas na seguinte tabela:

DESENVOLVIMENTISMO ORIGINAL	NOVO DESENVOLVIMENTISMO	SOCIAL DESENVOLVIMENTISMO
O Estado tem papel de liderança no processo de industrialização, tanto em planeamento quanto na realização direta de investimentos.	Não são favoráveis à liderança do Estado em todos esses processos.	O Estado tem papel central na política econômica, principalmente no que tange ao investimento e a distribuição de renda .
Promove a industrialização (por desenvolvimento incipiente industrial) através da substituição de importações.	Pretende promover a industrialização através da atividade industrial voltada para as exportações. Vale ressaltar que isso não supõe o uso de protecionismo para promover a indústria.	Industrialização cumpre papel importante, mas o que faz com a economia se desenvolva é que seja caracterizada por ser voltada para as importações e aumento da dinâmica do mercado interno.
A política industrial definida e executada sob a liderança do Estado tem papel de transformação da estrutura produtiva.	A política industrial elaborada em parceria com o mercado cumpre papel limitado e subsidiário para a estratégia de desenvolvimento. É feita uma intervenção moderada por parte do Estado no mercado.	Assim como para os Desenvolvimentistas tradicionais o papel central de investimento é desempenhado pelo Estado, mas a ênfase deve ser na distribuição de renda, algo que o mercado não realiza espontaneamente. Além da expansão no consumo interno que é puxado pelo

		aumento do salário e de políticas sociais.
--	--	--

Fonte: Elaboração própria.

1.2 - Política Fiscal Aliada Da Política Monetária Para o Novo e o Social Desenvolvimentismo

A coordenação estratégica da política econômica pelo Estado pode abarcar tanto políticas de natureza fiscal quanto monetária, com seus impactos no câmbio. Na política monetária de visão Novo Desenvolvimentista o objetivo é gerar simultaneamente um nível adequado de inflação, emprego e uma taxa de câmbio adequada para que o país exerça competitividade no mercado internacional. Propõe-se um controle simultâneo de juros e câmbio e a implementação de controle sobre o fluxo de capitais, assim como política cambial ativa, com a compra e o acúmulo de reservas internacionais. (Curado e Fernandez, 2018)

Bresser-Pereira (2010) salienta que o sucesso de desenvolvimento de alguns países emergentes (se referindo ao sudeste asiático) foi fruto de uma administração do sistema cambial que permitiu uma valorização e controle de sua moeda para que os produtos se tornassem competitivos em um contexto global. Para os Novo Desenvolvimentistas as taxas de juro e o câmbio executam papel fundamental, tanto é que para Oreiro e Paula (2012) o patamar elevado da taxa de juros e uma moeda valorizada retiraram a competitividade dos produtos brasileiros no cenário externo e foram o obstáculo para o desenvolvimento vertiginoso.

De acordo com Bresser-Pereira e Gala (2012), adentrando em outra política essencial desempenhada pelo Estado, a política fiscal deve ser tal que: “O déficit público enfraquece o Estado e causa inflação, devendo ser evitado, a não ser em momentos de recessão”. Evidentemente o trecho extraído faz alusão ao pensamento de John Maynard Keynes que nunca defendeu déficits públicos constantes, e sim, recorrer ao déficit para apaziguar e melhorar o ambiente econômico retraído em um momento de crise. Modulando que se combatem crises com políticas anticíclicas. Para exemplificar melhor, a lógica desta receita para crises é fruto do aumento de gastos num momento de retração visando reduzir os efeitos deletérios gerados pela crise ainda que piore as contas do governo, ajudando na manutenção de empregos e salários, algo que pode melhorar as receitas (via impostos arrecadados) e evitar que a economia fique estagnada.

Ainda em Bresser e Gala (2012) uma das principais críticas à ortodoxia se faz, por ambas as frentes desenvolvimentistas (Novo e Social Desenvolvimentismo), no campo fiscal. Nesse sentido temos que tornar indissociável a política fiscal da política monetária, uma vez que a redução (ajuste) fiscal não visa um mero superávit primário, mas sim, uma redução da taxa de juros real e não só redução de despesas correntes.

A questão fiscal para os Social Desenvolvimentistas depende, em primeiro momento, de uma análise prévia das condições internacionais e do funcionamento da economia como um todo. Biancarelli e Rossi (2014) afirmam que essas condições concretas, estruturais, condicionam os determinantes para o crescimento brasileiro e contextualizam a decisão, permitindo uma melhor modulação das três frentes de política (cambial, monetária e fiscal). Além de funcionar como um motor anticíclico para os momentos de crise, a política fiscal desempenha papel de impulso e de expansão da economia por ser fonte dos investimentos públicos. No entanto, não podemos assumir que por esse motivo (propor política fiscal ativa) haja um viés de desequilíbrio como mecanismo de financiamento permanente do desenvolvimento. Carneiro (2012) sugere exatamente o contrário, apontando que houve espaço para a criação de novos tipos de desenvolvimentismo em decorrência, dentre outros fatores, da baixa eficácia do Consenso de Washington³ em vias de garantir um desenvolvimento mais duradouro para a América Latina.

Assim, se o Desenvolvimentismo Original tinha o objetivo de desenvolver as forças produtivas, isso passou a ser subordinado ao desenvolvimento social quando se pensa na vertente Social Desenvolvimentista. De mais a mais, o motor para isso, segundo esta última corrente, deve ser o investimento estatal, o mercado interno e o consumo. A adoção de metas fiscais de superávit primário anual autônomas em relação ao ciclo econômico é amplamente criticada atualmente e o foi por Biancarelli e Rossi (2012). Estes autores destacam que as receitas do governo têm caráter pró-cíclico. De modo que, os momentos de recessão como os que vivemos desde o aprofundamento da crise política em 2016 até a crise mundial da pandemia de Covid-19 neste ano, promovem uma queda na arrecadação estatal. Nesse

³ O “Consenso de Washington” foi concebido originalmente por John Williamson (1990), economista do Banco Mundial, formulou um conjunto de proposições que se materializou em um receituário advindo de indivíduos de instituições americanas (Fundo monetário internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Departamento do Tesouro dos Estados Unidos) e consolidaram políticas de cunho neoliberal e que foram adotadas em diversos países emergentes. Esta receita tinha por objetivo estimular o crescimento econômico através de um conjunto de políticas e reformas de natureza liberalizante, que visavam a disciplina macroeconômica (entendida como estabilidade de preços), abertura comercial (estimulando a competição) e políticas microeconômicas de mercado. A recomendação de abertura da conta de capitais foi acrescentada pois não estava na ideia original. Foram aplicadas em vários países da América Latina, incluindo Chile, Argentina, Brasil e México, ao longo da década de 1990.

sentido, se a arrecadação cai, para que se mantenha a meta fiscal é necessário que sejam realizados cortes de gastos, algo que contribui para agravar uma situação econômica ruim.

No entanto, o inverso também é válido, ou seja, em momentos de aceleração do crescimento a elevação de receitas tributárias pode gerar um excesso de gastos desnecessários. Portanto, a discussão, segundo Biancarelli e Rossi (2012), de como as políticas fiscais devem ser adotadas se baseia em duas propostas: (I) Um maior período da meta, de forma que se possa encaixá-la no ciclo econômico e (II) Um mecanismo institucional (fundo orçamentário com reservas de recursos públicos) que permita que o Governo tenha uma expansão de gastos num momento recessivo e uma baixa no momento de expansão, evitando um desequilíbrio fiscal. Fica evidente que não há por que se afirmar que os Social Desenvolvimentistas têm descaído pelo equilíbrio fiscal.

Em suma, podemos sintetizar as diferenças entre o Novo e o Social Desenvolvimentismo, de acordo com Bresser-Pereira⁴, como uma concordância das estratégias de longo prazo (indústrias desenvolvidas, Estado que opera para distribuir renda – combater as desigualdades – e preservar o meio ambiente) e uma divergência em relação ao curto prazo quanto ao combate à retomada da inflação. O Novo Desenvolvimentismo sacrifica os salários reais dos trabalhadores para beneficiar os preços em dólares dos produtos industriais (moeda fraca). O Social Desenvolvimentismo, por sua vez, prioriza o controle inflacionário e a expansão do mercado interno (crescimento da renda real e do emprego com políticas sociais ativas).

1.3 – Ortodoxia neoliberal e Novo Desenvolvimentismo

Segundo Oreiro e de Paula (2012) o objetivo final para os Novo Desenvolvimentistas é uma “estabilidade macroeconômica” que, além de estabilizar preços, busque uma trajetória sustentável de crescimento econômico. Esta corrente é, portanto, uma alternativa à política macroeconômica ortodoxa. Neste ponto, faremos uma distinção entre as características principais que facilitam a compreensão quanto ao papel que desempenha o Estado, segundo Bresser Pereira (2016):

⁴ Para melhor entender ver o seminário “Desafios atuais do desenvolvimento brasileiro”, 2013, que foi resumido por Fernando Nogueira da Costa (IE – Unicamp) e está disponível em: <https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2013/07/01/social-desenvolvimentismo-e-novo-desenvolvimentismo-convergencias-e-divergencias/>.

Ortodoxia neoliberal: (i) Ausência de estratégias de desenvolvimento com Estado ativo; (ii) Reformas para redução do tamanho do Estado e desregulamentar os mercados; (iii) O Estado não deve realizar investimento, tampouco, interferir na política industrial; (iv) Liberalização de conta de capital e taxa de câmbio flutuante; (v) Crescimento derivado do financiamento com poupança externa.

Novo Desenvolvimentismo: (i) Reformas para fortalecer o Estado e regulamentar os mercados; (ii) Desenvolvimento e promoção do crescimento é a “estratégia nacional”; (iii) Foco em redistribuição e papel estratégico no investimento e política industrial; (iv) Afirma existir uma tendência de sobrevalorizar a taxa de câmbio e aumentar os salários abaixo da produtividade; (v) Defende uma taxa de câmbio flutuante e administrada para evitar sobrevalorização. (vi) Argumenta que o acúmulo de poupança externa aprecia a taxa de câmbio e provoca substituição da poupança interna pela externa.

Dentro do Novo Desenvolvimentismo é preconizado um Estado dinâmico e moderno que tem capacidade de estimular a concorrência e gerar um mercado forte e não se opor a ele. Geralmente tendemos a opor Estado e mercado e, nesse caso, o Estado é capaz de influir de forma decisiva sobre desemprego, inflação e distribuição de renda e riqueza. Solucionando uma série de problemas e estruturando melhor a economia. (Sicsú, Paula e Michel, 2007)

Cabe neste ponto assinalar que existe uma semelhança entre o pensamento Novo Desenvolvimentista e o Ortodoxo Neoliberal, segundo Oliveira e Motta (2010). A “teoria do capital humano”⁵ é comum em ambas correntes de pensamento. Segundo esta teoria a educação é o motor do desenvolvimento econômico e social, um fator de progresso, pois aumenta a capacidade produtiva dos trabalhadores e moderniza o setor produtivo. A educação provoca a equalização social enquanto mecanismo que qualifica os indivíduos e reduz a desigualdade econômica e social. A educação também tem capacidade de modificar a estrutura social via transbordamento de conhecimento⁶.

Esta semelhança entre os pensamentos impõe uma reflexão quanto à função social da educação. Em razão da referida teoria do capital humano o papel desempenhado pela educação para o pensamento Ortodoxo Neoliberal cumpre o papel de inserção mercadológica e de aumento da competitividade, ocasionando ganhos de produtividade e estimulando o aumento produtivo à nível individual. Apesar de

⁵ Esta teoria foi posteriormente desenvolvida pelos neoliberais por modelos de crescimento econômico como em Solow (1957) onde o fator tecnológico, atrelado ao capital (na função de produção) permite ganhos de produtividade para os indivíduos.

⁶ Ganhos não quantificáveis (monetariamente) mas que tem caráter estrutural: Cultura, lazer, entretenimento, informação, entre outros.

os Novos Desenvolvimentistas não romperem completamente com este entendimento da educação voltada para o indivíduo, existe dentro deste marco teórico uma concepção acerca da capacidade de transformação social da educação, na medida em que a educação não possui um fim em si mesma, mas está associada como uma parte importante para o combate às desigualdades. Nele, procura-se compreender que o papel do Estado não se resume a possibilitar a competição qualificada e acirrada entre indivíduos, mas também de reduzir as desigualdades existentes na sociedade. De modo que a causa e consequência se invertem nas duas escolas de pensamento. Enquanto para o Neoliberalismo, o investimento na Educação pode ter como consequência a redução da desigualdade, para o Novo Desenvolvimentismo, é preciso uma redução de desigualdade *a priori*, para que o investimento em educação seja capaz de gerar retornos para a sociedade e manter a trajetória de redução da desigualdade, antes iniciada por acesso a benefícios sociais, o quais passam a ser desnecessários ao longo do tempo, conforme a população se torna mais educada e mais apta a melhores postos no mercado de trabalho.

Portanto, a educação tem papel semelhante para estas correntes de pensamento com um diferencial na concepção de papel que o Estado deve desempenhar.

1.4 - O Brasil e as Análises do Novo e do Social Desenvolvimentismo: Críticas e Acertos da Gestão Petista

Nesta seção analisaremos o período de governos petistas (2003 a 2016) que tiveram como objetivo a ampliação de acesso aos bens de consumo, bem como, adotaram uma política de Estado que não seguiu, até certo ponto, as propostas da corrente neoliberal. Destacaremos que neste período, os entendimentos quanto ao papel desempenhado pelo Estado se aproximaram das correntes de pensamento Desenvolvimentista, qual seja, de um Estado ativo. Não cabe dizer se foi correta ou não a gestão. Buscaremos analisar quais foram os pontos positivos e os avanços em relação ao Ensino Superior e como ele pôde refletir uma gestão que foi mais positiva do que negativa.

Não deixaremos, entretanto, de destacar que houve limitações políticas que culminaram em uma grave crise institucional, levou o país a uma grave crise econômica e social. No entanto, foi uma conjunção de diversos fatores - que extrapolam a análise do presente estudo - que contribuíram de forma decisiva durante o processo que se sucedeu a crise financeira de 2008, quais sejam, uma presidenta que sofreu impeachment e uma estagnação/recessão econômica, fatores que levaram à fraca retomada econômica brasileira.

Para Bresser-Pereira (2019) o Estado Desenvolvimentista se caracteriza quando ele intervém de forma moderada no mercado, planejando o setor não-competitivo da economia e adotando políticas macroeconômicas ativas. Sintetizando o pensamento do autor acerca do modelo em questão, o desenvolvimentismo se caracteriza por um intervencionismo consciente onde o Mercado tem capacidade de ser eficiente em relação às atividades econômicas competitivas. Em contrapartida, para aquelas atividades que o mercado não consegue atuar de forma eficiente (competição imperfeita), o Estado deve fazê-lo, bem como, coordenar os preços macroeconômicos, inclusive, nos casos em que o orçamento público está equilibrado. (Bresser-Pereira, 2019)

Freitas e Silva (2016) destacam que no período analisado foi proposta uma modulação de políticas e, durante esse tempo, houve ruptura com a lógica do Estado clássico ou ortodoxo. O trabalho deste autor versa sobre o plano que norteou os consecutivos governos Lula e as consequências de compreender a orientação Novo Desenvolvimentista que determinou parte das políticas adotadas durante este governo. Foi usado, no trabalho, o **Plano de Desenvolvimento da Educação** e o **Plano de Ações Articuladas**. Ambos estão inseridos no **Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)**, os quais entenderemos melhor se jogarmos luz nas consequências e nos resultados para a Educação no país.

No trabalho de Freitas e Silva (2016), é analisado o período de Estado Novo Desenvolvimentista de 2003 até 2010 descrito como “a primeira geração de políticas sociais do novo padrão de desenvolvimento” (Freitas e Silva, 2016, p.78). Fica evidente que é o Governo Lula, cuja pauta era políticas alinhadas com o Novo Desenvolvimentismo, segundo o autor, que se voltou para um planejamento nacional, em oposição ao que preconiza a teoria da Ortodoxia Clássica, a qual não faz referência a um projeto nacional e nem a nenhuma forma de intervenção Estatal direta na economia e em suas variáveis de políticas monetárias, fiscais e cambiais.

Segundo Morais e Saad-Filho (2011) a concepção híbrida do Novo Desenvolvimentismo é a de fortalecer o Estado Nação e defender os interesses de mercado. Sua base teórica se baseia no keynesianismo e no estruturalismo cepalino⁷ que propõe uma nova estratégia que supere o Desenvolvimentismo Original e se adapte às novas realidades que surgiram, oriundas da revolução tecnológica e da globalização (Morais; Saad-Filho, 2011).

⁷ Para melhor entender as influências do Keynesianismo na construção das ideias estruturalistas da CEPAL ver Pedro Cesar Dutra (2000).

Já Oliveira (2018) pontua que pela ótica de Katz (2016) os períodos do Governo do PT (2003 – 2016) são tidos como Social Desenvolvimentistas, na medida que conseguiram aliar o desenvolvimento econômico à uma redução da desigualdade e da pobreza. São entendidos como da vertente Social Desenvolvimentista exatamente por pautarem políticas baseadas em programas redistributivos (Bolsa Família), habitacionais (Minha Casa Minha Vida), de saneamento e infraestrutura urbana, educacionais, entre tantos mais. Vale destacar que este período, analisado no presente trabalho, encontra respaldo em ampla literatura que se fundem entre vertentes desenvolvimentistas Social e Novo Desenvolvimentista.

A adoção de políticas coordenadas de natureza distributiva, como a adotada pelo Governo Lula, se justificou para a inclusão econômica formal e para a redução da enorme desigualdade de renda existente no país. Discutir a política econômica do Governo Lula é não separar políticas públicas sociais e econômicas, o que implica em articulação e organização de interesses de capitalistas de um lado e da massa de trabalhadores de outro. (Freitas e Silva, 2016).

Bastos (2012) define a vertente Social Desenvolvimentista como “desenvolvimentismo distributivo orientado pelo Estado” (Bastos, 2012, p.779), e o Novo Desenvolvimentismo como “desenvolvimentismo exportador” fazendo alusão ao foco do primeiro no mercado interno como produtor e consumidor e na redistribuição de renda, e do segundo no desenvolvimento da capacidade produtiva e de competição de produtos nacionais no mercado internacional. Este autor ainda aponta que houve uma demora na implementação desse componente redistributivo, contrariando o que disse Katz (2016), pois, segundo ele, apesar de constar no programa de governo da campanha de 2002 de Lula, o combate à pobreza e a questão social só foram implementados, de fato, em meados do segundo mandato do ex-presidente Lula. O papel exercido pelo Estado, bem como suas limitações, evidencia que até mesmo dentro de um escopo desenvolvimentista é necessário cautela quanto ao modo de intervenção do Estado, por ele ter limitações dentro do próprio modelo, como fica claro nesse trecho extraído do texto de Bastos (2012):

“Não obstante sua relevância como bandeira política legítima, o termo “social-desenvolvimentismo” dificilmente pode descrever, sem ambiguidades, uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo. É verdade que a retomada do crescimento em 2005 foi favorecida pela elevação do piso salarial, ampliação do gasto social e inovações financeiras (crédito consignado e microcrédito). É, contudo, improvável que esses efeitos dinâmicos iniciais, observados durante a fase de criação ou forte expansão de políticas redistributivas, possam ser repetidos indefinidamente, sustentando a longo prazo a estratégia de desenvolvimento. Isso exigiria graus de liberdade inexistentes no orçamento fiscal e da seguridade social.” (Bastos, 2012, p. 795)

Vale ressaltar que foi justamente durante o Governo Lula que experimentamos uma expansão dos gastos com a Educação Pública Superior e uma maior preocupação e intenção na realização de investimentos por parte do Estado. A proatividade estatal se mostrou benéfica e proporcionou ganhos sem precedentes para a Educação Superior no país, seja na ampliação do acesso (mais pessoas de baixa renda tiveram a oportunidade de acessar o ensino terciário), seja na melhora do desenvolvimento sócio regional por meio da expansão das universidades públicas. Para tanto, e analisando a Tese de Doutorado de Ana Luíza Matos de Oliveira (2018), cujo estudo se volta para analisar o período em questão, tentaremos destacar alguns pontos acerca da relação benéfica do estado desenvolvimentista, Educação Superior e desenvolvimento.

No próximo capítulo exemplificaremos e traremos alguns números e análises que reforçam que o caminho que deve ser percorrido para o pleno desenvolvimento e de combate à desigualdade, passa pela expansão do Ensino Superior público. As medidas que devem ser adotadas se aproximam mais da concepção de um Estado Desenvolvimentista, ao contrário do que vem sendo feito pelo atual Governo Bolsonaro.

Entender que a relação entre o combate à desigualdade e o desenvolvimento da educação estão atrelados é essencial. Isto posto, como vai ficar mais claro adiante, os ganhos são maiores quando se amplia o horizonte de atuação Estatal permitindo que políticas públicas - não necessariamente ligadas à educação sejam realizadas - ajudam na ampliação do acesso ao direito educacional, de diferentes formas.

2 - Universidade e Desenvolvimento Marco da Constituição Cidadã (1988) e o Século XXI

No texto de Oliveira (2018) que ora revisamos, apontamos pontos de convergência com o presente trabalho, retomando teorias que explicam a desigualdade relacionada à educação. Para tratar da desigualdade é necessário pontuarmos como as instituições de Ensino Superior no nosso país possuíam marcas de desigualdade que foram reduzidas ao longo do período das gestões do Partido dos Trabalhadores.

Durante os anos dourados do pós-Segunda Guerra houve um aprofundamento do que foi chamado de “estado de bem estar social”⁸. Entretanto, com a crise dos anos 70 e a retomada do liberalismo em sua corrente neoliberal, posteriormente, com a III Revolução Industrial (introduzindo os computadores na produção), ocorreu a volta do movimento de concentração de riqueza e o retrocesso social (Oliveira, 2018).

Não cabe dentro do presente estudo, nos prolongarmos demasiadamente acerca da tendência do aumento da desigualdade no mundo. A tese defendida por Oliveira (2018) destaca pontos de convergência entre o Estado Desenvolvimentista e a Educação Superior, e analisa teorias que explicam a desigualdade relacionada à educação. Como desigualdade devemos entender aquelas existentes historicamente nas instituições de Ensino Superior no nosso país que envolvem desigualdades raciais, de gênero, de classe, regionais, que foram parcialmente rompidas por um curto período ⁹. Furtado (1979), por exemplo, destaca que a desigualdade regional nem sempre foi a mesma no país (regiões mais desenvolvidas se encontrando nas regiões sul e sudeste), uma vez que, as primeiras manufaturas foram instaladas na região Nordeste, após a reforma tarifária de 1844. Após esta etapa, houve uma tendência no processo de industrialização de concentração em São Paulo, com o aumento da desigualdade regional, como a que encontramos nos dias de hoje. (Oliveira, 2018).

A questão a ser enfrentada é de que forma a Educação Superior pode auxiliar no combate às desigualdades e promover o desenvolvimento. Esta questão é de necessária compreensão, uma vez que, sem o pleno desenvolvimento das capacidades individuais, as pessoas estão fadadas à realização de trabalhos de baixa remuneração, e com valor agregado muito reduzido. Vale salientar que é **impossível analisar de forma isolada os efeitos das políticas públicas voltadas para o Ensino Superior** de outros efeitos gerados por outras políticas sociais. Isto fica claro em Oliveira (2018, p.86):

“Não é possível isolar, ao analisar os efeitos da política pública para a ES¹⁰, os efeitos de outras políticas sociais, sejam elas para a educação básica ou para outros âmbitos da política social (considerando a “**interseccionalidade de direitos**”). Por exemplo, ao combater a

⁸ O Estado de bem-estar social moderno nasceu na década de 1880, na Alemanha, com Otto von Bismarck, como alternativa ao liberalismo econômico e ao socialismo. O termo refere-se ao Estado que opera para garantir os Direitos (saúde, educação, segurança etc.) para a população, que vive sob a tutela desse Estado moderno pautado em uma constituição. Para melhor compreender o *welfare-state* (Estado de Bem-Estar), ver Esping-Andersen (1991).

⁹ Ver Rosane Mendonça (2000) [Mendonça, R. (2000), A oportunidade imperdível: expansão educacional e desenvolvimento humano no Brasil, Tese PhD, Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).] e Oliveira (2018).

¹⁰ “ES” é abreviação para Educação Superior.

pobreza com o Programa Bolsa Família ou ao combater a fome com o Programa Cisternas, foi possível mudar a trajetória de vida de milhões de pessoas no país, impactando também no público que passa a aspirar acessar a ES. (Oliveira, 2018, p. 86)". (Grifamos).

A “interseccionalidade de direitos”, segundo Oliveira, complementa e salienta a importância para a compreensão deste trabalho, pois, os direitos sociais (saúde, educação, segurança, transporte) garantidos pelo artigo 6º Constituição Federal de 1988 são relacionados entre si e se influenciam, na medida em que, ou estamos reforçando os direitos como um conjunto ou fragilizando-os, também de forma conjunta, mesmo que indiretamente. Por óbvio, entendendo e aceitando a relação entre os direitos (garantidos de forma mais ampla pela Constituição Federal de 1988), devemos buscar reforçar os ganhos que são gerados pela expansão do acesso aos mesmos, vale dizer, ninguém consegue exercer plenamente o direito à educação em condições sociais precárias. Sendo assim, **quais os entraves institucionais para que a política educacional seja uma transformação de longo prazo no país?**

Para responder a esse questionamento, utilizaremos um pouco do que foi desenvolvido no Capítulo anterior quanto ao que se entende por desenvolvimento e sobre o papel que o Estado deve desempenhar. Vimos que há uma clara oposição entre o entendimento desenvolvimentista e o pensamento neoliberal exatamente quanto ao papel que o Estado deve desempenhar no processo de desenvolvimento.

Ter como horizonte de atuação do Estado aquela que vai além da redução da sua participação na economia é essencial para melhor compreendermos que o Estado pode ser indutor do crescimento através de investimento no Ensino Superior Público. Precisamente por ser um investimento arriscado e que muitas vezes não tem retorno (lucro) imediato, envolve uma atuação em que o e o mercado sozinho, não se dispõe a executar. Portanto, o Estado tem a capacidade de investir pois não visa o lucro¹¹ mas sim os ganhos de longo prazo que são derivados de um maior desenvolvimento educacional da população.

¹¹ Essa ideia é mais aprofundada em Keynes (1936), que já preconizava que o Estado por dispor dessa função específica (não necessariamente buscar o lucro monetário) tem maior capacidade de investir em locais onde o mercado não vai arriscar, exatamente pelo alto nível de *incerteza*, no sentido de Knight (1921), que se diferencia do *risco* por não dispor de uma quantificação exata, nem uma distribuição de probabilidades conhecida.

2.1 - Breve Histórico das Instituições de Ensino Superior

A história das instituições de ensino pode ser sintetizada em três momentos históricos, com destaque à algumas características de cada um no período histórico que ocorreram, envolvendo a tomada de decisões políticas acerca da Educação Superior no país. São eles, segundo Oliveira (2018):

1. Momento pré-Constituição Federal de 1988 (CF88) que se caracterizou por uma expansão da concentração de renda e expansão do setor privado no Ensino Superior. De forma ilustrativa a “lei dos bois”¹² sancionada na ditadura militar (1964-1985) demonstra que o Estado foi responsável por aumentar a parcela participativa da iniciativa privada. Outro marco importante se deu com a reforma universitária de 1968, em plena ditadura, que também ajudou a ampliar o horizonte do setor privado na educação.

2. Promulgação da Constituição Federal de 1988 e o período até 2002. A CF/88, especificamente no seu capítulo III dispõe sobre a educação e foi considerada muito avançada para a época, ao menos em sua redação. Muitas garantias de direitos amplos e universais, como saúde e educação, algo inédito no país. Apelidada de “Constituição Cidadã”, ela vem alterando os gastos sociais e, em especial, a partir de 1993 implementa políticas para garantir direitos previstos em lei como o SUS, Lei Orgânica da Assistência Social/LOAS, Previdência Rural, entre outras (Castro, 2012). Houve, no entanto, no meio dos anos 90 um segundo período de aprofundamento das privatizações. Isso ocorreu, segundo Fornazier e Oliveira (2013), após a abertura comercial com quase nenhuma política industrial ativa, concomitante a altos juros, ocasionando uma baixa capacidade do Estado de implementar políticas públicas inclusivas e exigindo políticas mais focadas, em razão do ajuste fiscal. Se por um lado a implementação de todas as garantias da nova constituição não se concretizou em sua totalidade, por outro, a própria constituição impediu um maior avanço do neoliberalismo e a destruição do Estado. (Oliveira, 2018, pp.77)

3. No período entre 2003-2015 houve o aprofundamento do investimento e a expansão da Educação Superior no país. Segundo Rossi (2016) a Conferência Nacional de Educação (CONAE), que teve sua primeira edição em 2010, visava discutir o Plano Nacional de Educação (vigente a partir de 2014 – via Lei 13.005/2014) e colocou em pauta a discussão sobre justiça social, educação, trabalho, inclusão social, diversidade e igualdade. Foi um período de criação de diversos programas como o Prouni, Reuni, Fies. Ampliaram-se bolsas de graduação e pós graduação, implementaram-se políticas de cotas raciais e cotas

¹² Lei 5.465, de 3 de julho de 1968, “[...]a lei reservava vagas nos cursos de agricultura e veterinária para agricultores e seus filhos, o que na prática beneficiou os filhos dos grandes proprietários[...]”. (Oliveira, 2018)

sociais para o Ensino Público. Envolveram diversos fatores que marcaram um avanço para as Universidades Públicas no início do século XXI.

2.2 - A Educação Superior relacionada ao combate à desigualdade

Como visto na seção anterior, no pós-Segunda Guerra, apesar do aprofundamento do Estado de Bem-Estar Social, a desigualdade se perpetuava no mundo. (Oliveira, 2018)

Ainda de acordo com esta autora, analisando historicamente a desigualdade e as formas pelas quais ela se consolidou no país, analisando, também, Furtado (1979) e Fagnani (2017), houve uma transição das desigualdades. Atualmente a desigualdade se concentra nas regiões Norte e Nordeste do país. Entre os anos de 1960 e 1980 houve um crescimento econômico acompanhado de um crescimento da desigualdade, passando por um período de estagnação econômica e estabilização do coeficiente Gini¹³ entre 1980 e 2001. Esta situação foi modificada a partir do ano de 2002, com uma redução deste coeficiente em conjunto de uma retomada do crescimento econômico. (Oliveira, 2018).

Já no período entre 2000 a 2016, a autora ressalta que o Brasil foi reconhecido, durante os primeiros governos do PT, pelo combate à desigualdade em consonância com o desenvolvimento econômico, algo que é caracterizado por “ir na contramão do resto do mundo” (Oliveira, 2018) uma vez que o mundo seguiu uma trajetória de aprofundamento das desigualdades. Exemplo disso, segundo o Dieese¹⁴, é que em dez anos (2003-2013) o índice de Gini¹⁵ diminuiu de 0,59 para 0,53 no país. Fagnani (2017) calcula que os gastos com a educação pública reduzem o Gini em 1,1%, gastos com saúde pública 1,5% e transferências de renda constitucionais, como o Bolsa Família, em torno de 2,2%. Já os gastos com juros da dívida pública, aumentam o Gini em 0,1% por serem gastos que, em geral, são pagos para as camadas mais ricas da sociedade. (Oliveira, 2018).

Outro exemplo, não menos importante, é feito por Silva et al. (2020) ao analisar o *Índice de Pobreza Multidimensional* (IPM) que foi desenvolvido pelo Banco Mundial. Este índice ajuda a compreender, para além da renda, quais outros fatores podem ser determinantes na desigualdade e nas

¹³ O Índice de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda e o valor um seria a concentração máxima de renda. (IPEA)

¹⁴ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

formas de manifestação dessa mazela na sociedade brasileira. Para analisá-lo devemos entender que **três ou mais privações dos sete** fatores metodológicos (educação, infraestrutura, habitação, bens de consumo, desigualdade racial, saúde, renda) que compõem esse índice caracterizam pobreza crônica, além de levar em conta também, se as famílias têm renda abaixo da linha da pobreza.

Silva et. al. (2020) com base nos dados da PNAD de 2004 até 2015 destacam que houve uma redução de 37% no IPM e a população em pobreza severa¹⁶ saiu de 15% em 2004 para 8% em 2015. “Em termos absolutos, foi uma redução de aproximadamente 9 milhões (ou 53%) da população em situação de pobreza severa.” (Silva et al., 2020, p. 150). Contudo, o estudo aponta que ainda dos 32 milhões abaixo da linha de pobreza multidimensional, 17 milhões ainda estão sob pobreza severa, ou seja, 53% da população pobre sofre de privações em, pelo menos, metade dos indicadores. Destacam também que as regiões do país onde houve maior redução desses índices foram o Norte e o Nordeste, ainda que tenham sido registradas quedas em todas as regiões.

É de suma importância as indicações presentes aqui por esse índice por exemplificarem que a desigualdade apresenta-se multifacetada no nosso país e no mundo, logo, não devemos nos restringir a analisar apenas as melhoras na renda e devemos olhar para diversos outros fatores que determinam as desigualdades, reforçando portanto, a **interseccionalidade de direitos** mencionada por Oliveira (2018).

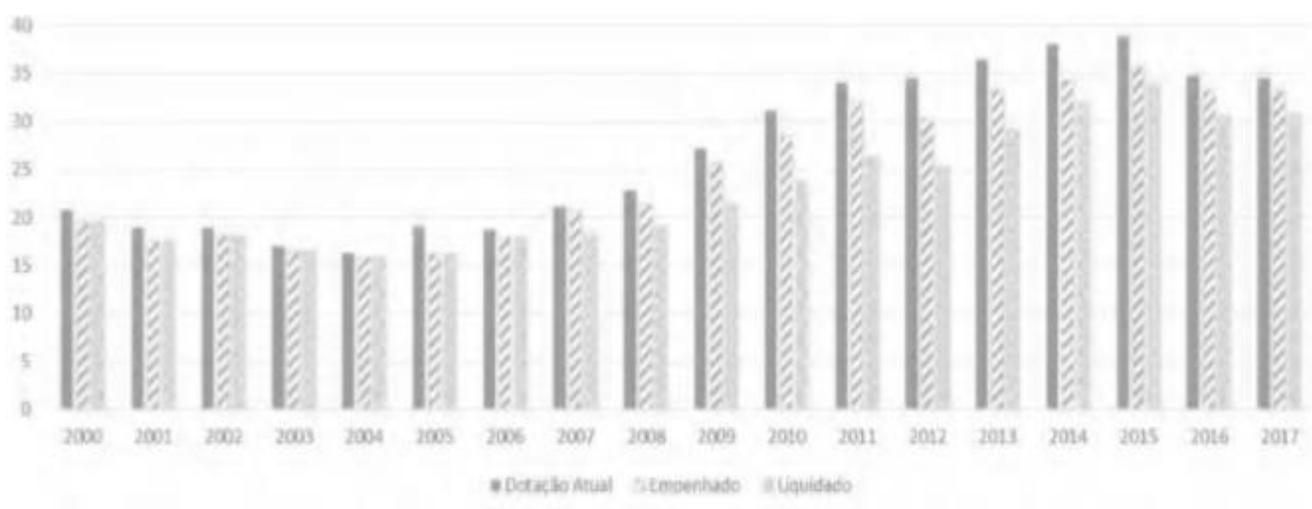
Desde a redemocratização no nosso país a Educação Superior evoluiu através da Lei de Diretrizes e Bases Nacional (LDB) (Lei 9.394/96). Essa lei propôs uma revolução no Ensino Superior, até então pouco acessível pela grande maioria da população. Com a participação intensiva do setor privado no provimento de vagas, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, houve a expansão do Ensino Superior privado até meados de 2001.

Seguindo o método de análise de Oliveira (2018), que apresenta o quadro do financiamento do Ensino Superior no país, o efeito quantitativo pode ser captado através do *Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal* (SIOP). Tal efeito permite visualizar os gastos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União (Rossi et al., 2017). Nos anos recentes, os gastos destinados à Educação (aqui são os gastos totais – educação básica, fundamental e superior) estão concentrados no Ministério da Educação e no Tesouro Nacional que é responsável pelas Operações Oficiais de Crédito.

¹⁶ É um subgrupo das pessoas que estão abaixo da linha da pobreza, para melhor compreender ver Silva et al. (2020).

Essa análise permite verificar quanto foi o gasto com a pasta da Educação Superior, dentro dos gastos totais realizados com Educação. Neste sentido, de acordo com Oliveira (2018), no período de 2000 até 2017 cerca de um terço da função Educação foi alocado para a Educação Superior. Por meio dessa análise fica evidente que os gastos com educação, como representado pela análise feita, sofreram crescimento real durante esse período até 2015, evidenciando uma guinada na política econômica e por consequência, desde então, a educação vem sofrendo com cortes permanentes, como ilustrado no gráfico seguinte:

Valores reais de dotação atual empenhado e liquidado para a subfunção Educação Superior (em R\$ bilhões, 2000 a 2017)



Fonte: Oliveira et. al. (2018, p.129)

Nota: Valores corrigidos pelo IPCA (30/06/2017)

A universidade, segundo Goebel e Miúra (2002), cumpre uma infinidade de funções e tarefas, além disso, é vinculada ao setor produtivo contribuindo para o desenvolvimento econômico-social pela disponibilização de suporte científico e tecnológico, e aumenta a disponibilidade de profissionais capacitados. Pelas funções de ensino, pesquisa e extensão, a universidade tem em suas mãos elementos essenciais para o desenvolvimento. O setor produtivo, neste contexto, demanda das universidades a tecnologia, inovação e os recursos humanos para funções diversas, permitindo atuação eficiente no ambiente globalizado e de alta competitividade. Os autores destacam o papel mobilizador e dinamizador

da economia de seu entorno, propiciado pela universidade. Em decorrência da presença ativa destas instituições na região é que se constata a instalação e o crescimento de outros empreendimentos, seja no setor de comércio ou serviços, gerando emprego, renda e melhores condições de vida à população, resultando no desenvolvimento e crescimento regional efetivo.

Apesar de um grande avanço na descentralização do Ensino Superior no país, desconcentrando as atividades de ensino e pesquisa, fato que Vieira (2016) pontua como um fator positivo para o desenvolvimento regional, Oliveira (2018) destaca que em 2014 as regiões Sul e Sudeste, juntas, concentravam 81% dos equipamentos relativos a ciência e tecnologia do país. Em 2010 tinham, essas duas regiões, mais de 72% da produção científica do país e 85,7% dos pedidos de patentes nacionais em 2013. Ou seja, foram muitos avanços, mas que não se converteram, de fato, na descentralização da produção científica do país. Portanto, é necessário que as áreas que são “menos atrativas” recebam um volume maior de recursos por parte do Estado a fim de melhorar a capacidade de atração regional e da produção nessas localidades.

Para Arbo e Benneworth (2007) as interações com o governo federal são essenciais para que se possa orientar, modular e configurar as mudanças a serem promovidas pela maior interação das Instituições de Ensino Superior com a sua região. De uma ótica mais mercadológica, além de impulsionar a região, torná-la mais atrativa para investimentos produtivos (sobretudo em atividades intensivas em conhecimento) e melhorando o âmbito regional e nacional.

A seguir, destacaremos que a interiorização não traz, *per se*, o desenvolvimento e temos que ir mais fundo para entender qual é a capacidade de promoção de modificações estruturais, com efeitos permanentes na sociedade, das Instituições de Ensino Superior. Sobre os efeitos que são gerados com a adoção de ampliação de políticas públicas voltadas para as Instituições de Ensino Superior, Mille (2004) indica dois resultados destas políticas, quais sejam:

(I) Deriva das atividades finais das Instituições de Ensino Superior (conhecimento) - gerando encadeamentos para frente (*Forward linkages*)

(II) Fluxos financeiros (dispêndios) e monetários originados pelos dispêndios das Instituições de Ensino Superior - encadeamentos para trás (*Backward linkages*)

O primeiro seria responsável por modificar a estrutura da região, tanto na base econômica como na produtiva. O segundo é responsável por captar gastos de custeio e investimentos efetuados com servidores e alunos que acabam influenciando a demanda efetiva do local onde estão inseridas. Vale

destacar aqui que os *encadeamentos para frente* são importantes devido à sua capacidade multiplicadora, de dinamizar a capacidade produtiva individual e coletiva (empresarial também), fornecendo uma melhora no horizonte a longo prazo. Goddard e Chatterton (1999, p. 686) descrevem: “A questão-chave que permanece é como os recursos das universidades podem ser mobilizados para contribuir ativamente para o processo de desenvolvimento”.

A combinação desses efeitos seria responsável pela melhoria do ambiente para o setor produtivo local, estimulando o consumo, aumentando a arrecadação de impostos, atraindo mais investimentos privados - principalmente em Pesquisa e Desenvolvimento - e melhorando, ainda, o horizonte de longo prazo das regiões de forma sustentável e prolongada. Sendo assim, o segundo efeito é de menor relevância, uma vez que qualquer atividade capaz de gerar fluxos monetários pode ter o mesmo resultado. Já o primeiro efeito, por ter caráter estrutural na região, tem maior capacidade de se desenvolver e de perdurar no tempo, permitindo uma maior capacitação e diversificação produtiva.

“A contribuição das universidades para a economia e a sociedade dos lugares em que estão localizadas sempre foi mais ampla – por exemplo, por meio da educação continuada, apoio à pesquisa das empresas locais, conferências e concertos públicos, assim como acesso a bibliotecas, galerias e museus. O que está emergindo agora é a exigência de se reconhecer mais formalmente essas atividades como uma “terceira função” das universidades, não apenas como residuais, mas como totalmente integradas com o ensino e a pesquisa.” (Goddard e Chatterton, 1999, p. 686).

Na análise anterior fica claro que a capacidade do primeiro efeito vai além da esfera econômica e pode gerar, também, ganhos culturais pela criação de bibliotecas, teatros, centros culturais, restauração de locais históricos da região dentre outros. Mas também, como foi dito, a análise dos autores tem um escopo mercadológico que ainda corresponde ao que norteou, em parte, a adoção das políticas pelos governos petistas.

Antes de dar prosseguimento à análise material das conquistas alcançadas pelas políticas voltadas para a Educação Superior, assinalamos que o capital humano tratado na “teoria do capital humano, destacada na seção 1.3, caracteriza uma ótica mercadológica do direito à educação. Assim, de acordo com Viana e Lima (2010), devemos atentar para não generalizar os benefícios individuais com relação à educação para toda a sociedade. Os autores apontam para a “falácia da composição” que preconiza que o que é verdade à nível individual (um maior nível de educação gerar uma renda maior) se expande para ganhos reais a todos os indivíduos da sociedade. De fato, é uma falácia dado que os indivíduos podem estar em níveis sociais e econômicos distintos.

Segundo estes autores, devemos analisar de maneira minuciosa os ganhos com educação e não generalizar estes ganhos, ainda que representem melhoras concretas, o que será analisado a seguir.

Há que serem feitas duas críticas à “teoria do capital humano”, segundo Viana e Lima (2010), quais sejam: (I) a educação é uma mera forma de qualificação da mão-de-obra para a inserção no mercado de trabalho e como ferramenta de aproveitamento do excedente do trabalhador ao sistema capitalista e (II) existem outros fatores que influenciam a renda dos indivíduos, além de escolaridade, como a própria inteligência do indivíduo, nível social que está inserido e até mesmo como está segmentado o mercado.

Para Rossi (1978) os ganhos que se obtém através da educação estão limitados à alguns indivíduos da sociedade. Na visão deste autor, não é na educação que se encontrará a solução para os problemas da desigualdade e miséria, pois ela, educação, não altera a distribuição de riqueza e nem da renda das classes sociais. Trabalhadores continuam sendo trabalhadores e capitalistas seguem sendo capitalistas e aumentar a capacidade produtiva do trabalhador, acaba gerando um excedente que valoriza o “capital” e não o “capital humano”, pois agrega valor aos meios de produção mais eficientes e aperfeiçoados que estão concentrados e em poder dos capitalistas. Logo, o combate da desigualdade passa, mas não se limita, à educação.

3 - Os Reflexos Das Políticas Sociais Que Impactaram na Desigualdade De Acesso à Educação Superior No Brasil.

Neste Capítulo analisaremos algumas políticas adotadas ao longo do período de 2003 a 2016 e os resultados alcançados pelo nosso país. Destacaremos as modificações que foram geradas no Ensino Superior, as quais provocaram mudanças estruturais no corpo estudantil e na sociedade, ocasionando a redução de algumas desigualdades, e transformaram positivamente a perspectiva de vida de milhares de famílias. A política de cotas, o programa Bolsa Família, dentre outras, permitiram que a população tivesse acesso à bens básicos.

Existem fatores e condições de vida estruturais que geram a desigualdade, não só a de renda. Transformar esses fatores e estas condições é mudar a estrutura social de forma eficaz, de modo a concretizar modificações que possam durar a longo prazo.

Dividimos este capítulo em **duas partes**: *Políticas com Impactos Diretos* e *Políticas com Impactos Indiretos*.

3.1 - Políticas com impactos *indiretos*

Segundo Piketty (2014)¹⁷ e Oliveira (2018) são dois aspectos que formalizam a tendências para essa consequente concentração de renda, após 1970, relacionadas à desregulamentação financeira (outro aspecto central para o neoliberalismo) que são:

1. O distanciamento abissal de rendas do trabalho, com grandes executivos tendo remunerações cada vez mais exorbitantes.
2. A taxa de remuneração do capital (lucros, dividendos, juros, aluguéis) que cresce de modo que a economia não a acompanha, ou seja, o que se herda aumenta mais que a renda do que é produzido.

Estudos realizados a partir de dados da Receita Federal questionam o real alcance dos avanços obtidos através da renda em termos de riqueza e à desigualdade. Estes estudos analisaram a desigualdade tomando por base renda oriunda do trabalho. Pochmann (2017) aponta que na década de 2000 os empregos com remuneração de até 1,5 salário mínimo foram os que mais cresceram, em ritmo 2,4 vezes maior que o conjunto de todos os postos de trabalho, em especial na prestação de serviços, no comércio e na construção civil. Neste tipo de análise que envolve a renda, não se considera outros fatores como os rendimentos oriundos do capital, por exemplo. Assim, entendemos que uma análise que considera apenas a renda pode, ao invés de reduzi-la, legitimá-la e aprofundá-la.

Utilizando a metodologia¹⁸ de Piketty, se reforça a tese de que a desigualdade provocada pela renda é ainda maior do que imaginamos e que teria aumentado durante o período analisado neste

¹⁷ Ver “O capital no século XXI” de Thomas Piketty (2014).

¹⁸ A metodologia em questão consiste em utilizar dados da Receita Federal, das Contas Nacionais, da Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio (Pnad) para correção de omissões de cada estimativa e distorções geradas pela desigualdade de mercado antes de tributações e transferências.

trabalho. Para efeito ilustrativo, em números, ressalta Oliveira (2018), que Morgan (2017) aponta uma maior concentração de riqueza, na medida que os extremos das camadas de renda foram beneficiados, tanto os mais pobres (tiveram 18% do crescimento total, crescendo em um ritmo superior que os mais ricos) quanto os mais ricos (61% do crescimento total). Porém, proporcionalmente, os mais ricos se apropriaram de uma fatia maior do total da riqueza.¹⁹ Assim, o meio (classe média) teve uma queda em sua participação. Para o autor, isto justifica parte da “revolta” da classe média da sociedade em relação aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). “A desigualdade da renda do trabalho caiu, mas não foi suficiente para se contrapor à concentração de capital.” (Oliveira, 2018, p.59).

Outras políticas trouxeram avanços, como a política de salário mínimo implementada (que aumentava mais do que proporcionalmente o salário em relação à inflação), políticas de assistência social, conforme indica a Organização Internacional do Trabalho (OIT), com o pagamento do BPC²⁰ para idosos e portadores de deficiência em extrema pobreza, além do Bolsa Família, que foi ampliado chegando a ter custo de 0,5% do PIB e atingindo 46 milhões de pessoas (ILO, 2014), a política de previdência social pela qual foram incluídos novos grupos como os trabalhadores rurais, o estímulo à formalização do trabalho, dentre outras mudanças que possibilitaram uma modificação estrutural e a redução da desigualdade. Estas políticas podem ajudar a entender a melhora nos indicadores de acesso ao Ensino Superior. (Oliveira, 2018). Vale destacar que o Bolsa Família exige uma contrapartida dos beneficiários, qual seja, a exigência de filhos(as) estarem matriculados no sistema de ensino.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento / PNUD de 2014 o aumento do consumo por parte das famílias de baixa renda foi positivo em 40% no país, entre 2005 e 2010, e houve queda do Índice de Pobreza Multidimensional de 2006 até 2012. O estudo (PNUD, 2014) também aponta que o número de pessoas atingidas pela pobreza multidimensional é menor que a **quantidade de pessoas atingidas pela pobreza de renda** que evidencia um acesso precário da população à renda (pior que o acesso à saúde ou educação) e ressaltando que é essencial a existência de programas que possibilitem a transferência de renda. (Oliveira, 2018)

O mercado de trabalho foi positivamente afetado durante esse período onde podemos destacar melhoria em indicadores chave como o crescimento do emprego, principalmente o formal com carteira

¹⁹ O 1% mais rico foi de 25% da renda total em 2001 para 28% em 2015 (43% do crescimento da renda). Os 10% mais ricos foram de 54% para 55%, no mesmo período (61% do crescimento da renda). Os 50% mais pobres foram de 11% da renda para 12% (18% do crescimento da renda num ritmo mais alto). Os 40% “do meio” foram achatados de 34% para 32% da fatia da renda nacional. (Oliveira, 2018)

²⁰ Benefício de Prestação Continuada.

assinada, bem como, uma relativa melhora na renda do trabalhador e uma diminuição na desigualdade de renda do trabalhador, políticas de aumento do salário mínimo, acesso ao crédito e programas de transferência de renda, que desempenharam um papel crucial para a diminuição da desigualdade. Isso ficou evidente com o aumento da população ocupada e economicamente ativa, conseqüentemente, com redução da população desocupada. Parte desse aumento da formalização pode ser explicada pelo processo de implementação de políticas públicas que incentivaram a criação de vagas formais. (Oliveira, 2018).

Ainda na temática da formalização do trabalho por meio do setor público, Cardoso Jr. e Nogueira (2013) mostram que no período entre 2003 a 2010 as três esferas públicas (Executivo, Legislativo, Judiciário) apresentaram uma redução em sua parcela de participação de 25,2% para 21,8% no total de empregos formais, evidenciando que a **taxa de crescimento da ocupação na administração pública de 30,2%** foi bem menor do que a **taxa de crescimento do conjunto do setor privado**, de 58,6%. Vale dizer, a formalização do trabalho nesse período foi maior no setor privado e não no público.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) também pode auxiliar na análise das mudanças ocorridas no decorrer do período analisado. Segundo relatório do PNUD (2014) sobre o IDH no mundo, o Brasil teve destaque por ter melhorado seu desempenho nos últimos 10 anos. Como motivos dessa melhora são indicadas políticas de aumento do gasto público anticíclicas, transferências de renda, valorização do salário mínimo, ampliação do crédito, investimentos em saúde e educação e programas sociais (Bolsa Família, por exemplo). Este último programa é citado como exemplo pois, segundo apontado no relatório, ajuda na manutenção das crianças na escola, protege a saúde e tem um baixo impacto sobre o PIB, além de reduzir a desigualdade e a extrema pobreza. (Oliveira, 2018)

De acordo com Krein e Manzano (2014) podemos apontar, pelo menos, três teses que vigoravam nos anos 1990 que buscavam afirmar o caminho neoliberal para o desenvolvimento e que foram descreditadas pela experiência brasileira nos anos analisados, quais sejam:

(I) Não aumentaria o nível de emprego mesmo com o crescimento econômico, dada a estrutura produtiva do país;

(II) A criação de empregos ou redução da informalidade só seria alcançada com a flexibilização de direitos;

(III) Não ocorreria aumento do salário mínimo sem gerar inflação e desemprego.

Analisando estas três teses, fica evidente que desde o governo Michel Temer (2016/2017) as ideias defendidas foram retomadas e, hoje, norteiam a tomada de decisão da equipe econômica do governo Bolsonaro. Estas concepções, como restou evidenciado neste trabalho, não tinham validade anteriormente, de forma que será necessário revertê-las em busca de uma retomada do crescimento econômico e do desenvolvimento do país.

Para concluir este tópico, trazemos a observação de Oliveira:

“Ou seja, os anos 2000 mudaram as aspirações da sociedade brasileira ao promover uma melhora em diversos indicadores. Isso leva a uma mudança do comportamento das famílias também quanto à ES: para muitos, antes esta era vista como algo distante e impossível de alcançar, mas passam a perceber que aquele espaço visto como reservado à classe média ou aos mais ricos, podia se tornar acessível. E, com o acesso à ES, vem o sonho da mobilidade social.” (Oliveira, 2018, p.95)

3.2 - Políticas com impactos *diretos*

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) criado pelo Decreto nº 6.096, de 2007, tinha como meta a elevação da taxa de conclusão média de cursos de graduação presencial para 90%, e da relação de estudantes de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, em cinco anos. Focando na interiorização, o programa foi responsável por uma expansão da quantidade de estudantes, *campi* e turmas. Foram criados pelo REUNI, por exemplo: Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA); Universidade Federal do ABC (UFABC); Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Universidade Federal do Pampa (Unipampa); Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA); Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e Universidade Luso-Afro-Brasileira (UNILAB), entre outras.

Em conjunto com o REUNI, a Lei nº 11.892, de 2008 criou Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs), unificou Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs), Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, Escolas Técnicas Federais (ETFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica

(CEFETs), de modo que estas instituições passaram a ofertar, além do ensino técnico de nível médio, cursos de Educação Superior. (Oliveira, 2018).

Desta forma, o REUNI foi **o grande responsável** pela expansão das IFES após 2007, tanto em número de instituições como no total de matrículas. Foram criadas mais de 800 Instituições de Ensino Superior em todo o país neste período, de acordo com dados do INEP²¹ e Oliveira (2018), sendo 710 instituições de Ensino Superior privadas e 101 públicas até 2017, graças ao REUNI. Foram 343 criadas somente nas regiões Norte e Nordeste do país. Estes números apontam para a discrepância entre o número de instituições privadas como sendo bem superior ao número de instituições públicas, deixando de ter o efeito de democratizar, em sua plenitude, o acesso ao Ensino Superior, pois, faz um recorte de renda dos estudantes ainda que acompanhado da expansão dos programas que subsidiavam as mensalidades (Prouni, por exemplo), como será apontado mais adiante.

3.2.1 Política de cotas

Em 2003 foi implementada a chamada política de cotas na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), pioneira no país. Esta política pública parte de uma visão universalista e busca reduzir mecanismos de exclusão e discriminação social, baseado em um procedimento de discriminação positiva. A primeira universidade federal, em 2004, que adotou ação afirmativa para negros, foi a Universidade de Brasília (UnB). Apenas em 2012, por meio da Lei nº 12.711, de 2012, é que foi instituída a separação de vagas para cotistas por critérios socioeconômicos e raciais. Cinquenta por cento (50%) das vagas das Instituições Federais de Ensino Superior passaram a ser destinadas a estudantes que tivessem cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas e preenchidas igualmente por pretos, pardos e indígenas, integrantes da população da unidade da Federação na qual se localizasse a instituição, de acordo com o IBGE. Dessas vagas para cotistas, metade passou a ser destinada a estudantes com renda familiar inferior a 1,5 salário mínimo, desde que cumpridos os dois outros critérios. Apenas em 2016 mais de 50% das vagas das Universidades Federais foram reservadas para cotas. (Oliveira, 2018).

Um dos principais argumentos contra a adoção das cotas é que isso poderia tornar o ensino mais precário. Não é isso que o estudo realizado na UnB apontou, segundo Oliveira (2018) e Carvalho (2014), no qual foi demonstrado que estudantes cotistas têm rendimentos e médias melhores que estudantes não cotistas. Oliveira (2018) salienta que, apesar de uma ampla literatura tratando de impactos positivos

²¹ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

com relação à política de cotas para a democratização do espaço universitário e não redução da qualidade do ensino, as cotas conferiram uma importância ainda maior para as políticas de assistência estudantil. (Oliveira, 2018, p.101).

Cabe aqui apontar que esta política foi adotada pelos norte-americanos em meados de 1960 e segue uma lógica de inclusão mercadológica e não de combate à desigualdade, ainda que tenha impactos sociais significativos.

3.2.2 Assistência estudantil

Em 2007 se deu o início ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) através da Portaria Normativa nº 39, de 2007 que visava amparar estudantes de baixa renda de cursos de graduação presenciais das IFES. Segundo Oliveira (2018) o programa define ações concretas e variadas, podendo beneficiar os estudantes com moradia estudantil, residências universitárias ou bolsas de valores variados destinados à alimentação (que pode ser no restaurante universitário (RU) ou não), dentre outros possíveis gastos. Para esta autora e, segundo o Conselho Pleno da Andifes²², os recursos para o PNAES não vêm sendo suficientes nos últimos anos, sobretudo quanto aos RUs.

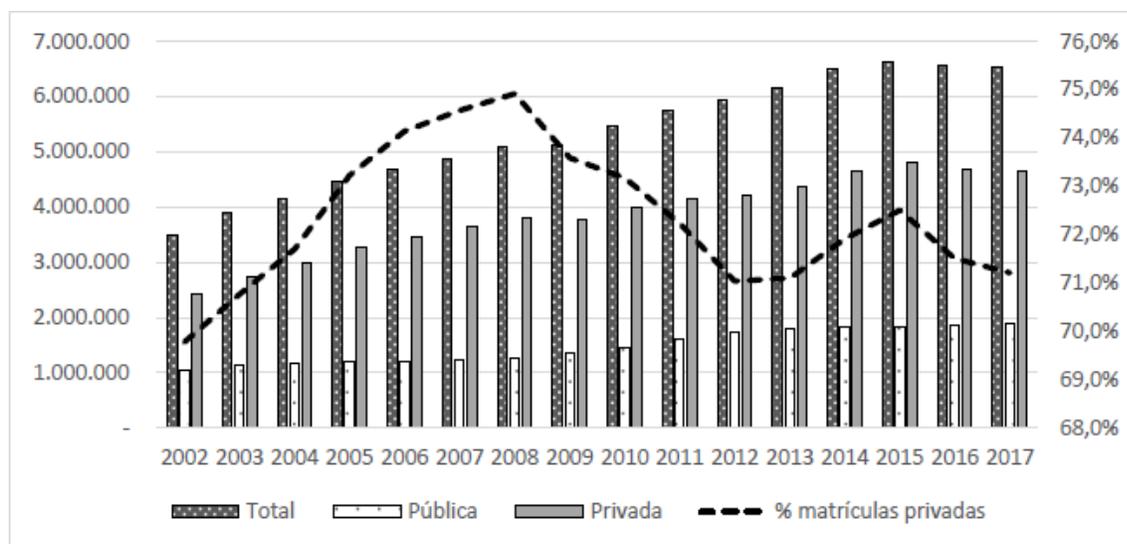
Salientamos que ao longo dos anos de 2003 a 2014, como foi visto até aqui, houve uma expansão do acesso de alunos no Ensino Superior que necessitavam de um suporte mínimo para sua manutenção. “A assistência estudantil assume papel importante para garantir que, dado a chegada de estudantes de perfil mais vulnerável na ES, eles possam permanecer e concluir seus cursos.” (Oliveira, 2018, p.102).

3.2.3 – PROUNI e FIES

O PROUNI foi instituído pela Lei nº 11.096, de 2005. É um programa de responsabilidade do Ministério da Educação que visa a concessão de bolsas de estudo (integral ou parcial) em Instituições de Ensino Superior privadas cujo valor varia de acordo com a renda do estudante. (Oliveira, 2018) Um ponto importante a ser destacado neste programa é que ele também alcança professores, estudantes com deficiência da rede pública de ensino e que concorrerem aos cursos de licenciatura. As reservas de bolsas do PROUNI podem variar de acordo com o percentual de pretos, pardos, indígenas em cada estado. (Oliveira, 2018).

²² Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

O gráfico foi extraído de Oliveira (2018) e apresenta o total de matrículas em cursos presenciais, por tipo de Instituição de Ensino Superior e percentual de matrículas privadas, no período de 2002 até 2017.



Fonte: Oliveira (2018), p.111

Fica evidente pelo gráfico que a proporção de matrículas em cursos presenciais em instituições privadas é muito maior do que em instituições públicas. Endossa, portanto, a necessidade de políticas de assistência estudantil e bolsas de estudo. Este gráfico também evidencia a crítica que deve ser feita com a priorização do ensino particular que não permite uma democratização plena do Ensino Superior, ou seja, “uma mercantilização do acesso à ES” (Oliveira, 2018, p.112). A dívida estudantil pode ser um problema para o futuro formando em uma instituição particular por, em alguns casos, se tornar um fardo a ser carregado por muito tempo, dependendo do montante necessário ou tempo que é gasto dentro da instituição, sendo um exemplo disso, as dívidas de estudantes estadunidenses²³.

Catani e Gilioli (2005) ressaltam o caráter mercadológico que acabou por moldar o programa e estruturar sua forma final para atender aos interesses do *lobby* de grandes grupos reestruturando o setor por meio de fusões, aquisições. Além deles, Sguissardi (2015) alerta para os efeitos deletérios da democratização do acesso ao Ensino Superior, pois, de acordo com ele, anula as fronteiras entre o privado

²³ Ver as seguintes notícias podem sinalizar que o caminho que opta pelo ensino particular pode não ser o melhor caminho para melhorar o Ensino Superior: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/06/internacional/1528282199_859406.html; <https://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2019/05/06/suicidio-paira-sobre-estudantes-endividados-nos-eua.htm>; <https://www.bbc.com/portuguese/geral-37090687>.

mercantil e o público, transitando a educação de direito ou “serviço público” para se tornar um “serviço comercial” ou mercadoria que não se compatibiliza com os objetivos deste tipo de política, ao menos, em nível de graduação.

O FIES é um programa que tem por objetivo a inclusão de alunos, que não tenham capacidade de arcar com os custos das mensalidades, em instituições privadas de Ensino Superior. Funciona até hoje e teve seu formato modificado em 2010 e em 2015 com a elevação das taxas de juro do programa, hoje em 6,5% a.a., e se estendeu para até 100% do valor da mensalidade durante o curso²⁴.

Segundo Corbucci, Kubota e Meira (2016) nenhuma das empresas que prestam serviço de Ensino Superior contavam, em 2014, com menos de 40% de seus alunos presenciais como beneficiários do programa. “O FIES está diretamente ligado ao Prouni” (Oliveira, 2018, p.114) o FIES foi criado através da Lei 10.260/2001 e os alunos que possuem bolsa parcial garantida pelo PROUNI podem aplicar para um financiamento do FIES para pagarem suas mensalidades. Se aponta que, para efeito comparativo, as margens de lucro das empresas brasileiras estavam muito acima das margens de lucro dos grandes conglomerados da área de educação dos EUA. Para eles há uma relação direta entre essas margens elevadas e o programa FIES que garantia o pagamento de quase a metade das mensalidades para as instituições privadas. (Corbucci, Kubota e Meira, 2016).

3.2.4 – CNPq e CAPES

É certo que as políticas de inclusão que alteraram substantivamente o número de matrículas nos centros de Ensino Superior. No entanto, não podemos deixar de apontar as políticas que expandiram as bolsas de pesquisa e abrindo um caminho remunerado para os pesquisadores e incentivando o desenvolvimento das ciências humanas, exatas e biológicas, em âmbito nacional. Por isso, também merece destaque as instituições Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Segundo Oliveira (2018), com base na Geocapes, em 1996 havia 19.325 bolsas de mestrado e doutorado e nenhuma bolsa de pós-doutorado no país. Em 2015 este número era de 91.018 somando as bolsas de mestrado e doutorado e foram criadas 7.168 bolsas de pós-doutorado, e atualmente os números ²⁵ são 81.559 e 6.237, respectivamente, evidenciando uma redução do número total de bolsas

²⁴ Informações retiradas do site do MEC, disponíveis em: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies>

²⁵ Consulta feita ao sítio: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>; em 02/07/2020.

concedidas desde a mudança das políticas de governo em 2017. De acordo com os dados do CNPq, em 2001, eram 46 mil bolsas e, em 2015, este número subiu para 111 mil, segundo esta autora.

Para fins de comparação e análise entre as diferentes políticas adotadas que tiveram impacto no Ensino Superior, Oliveira (2018) cita Frey et. ali. (2017) que recupera propostas de Heinelt (2009, apud Frey et ali, 2017) e Peters (2015, apud Frey et ali., 2017) para estabelecer um marco teórico-conceitual para analisar, comparativamente as políticas. Os autores partem dos seguintes critérios:

“(1). se os destinatários da política são afetados de forma geral ou de forma diferencial pelas intervenções estatais; (2). se os efeitos das *policies* são coletivos ou individualizantes; (3). se é fácil ou difícil prognosticar tanto a evolução do ambiente societal quanto os possíveis efeitos das intervenções políticas; (4). se é possível limitar claramente o escopo das *policies* de forma funcional e administrativa, ou se amplas interdependências precisam ser levadas em conta; (5). Se as políticas contemplam bens públicos ou visam proporcionar basicamente bens privados; (6). se envolvem problemas de escalas, alta complexidade, riscos e incertezas; (7). se as políticas envolvem escolhas trágicas no sentido de opções em favor de um grupo na sociedade, [que] produzem inevitavelmente privações para outros membros da sociedade. (Peters, 2015, p. 27); e, finalmente, (8) se os problemas podem ser resolvidos pela simples alocação de recursos monetários ou envolvem fatores relacionados ao status, respeito ou injustiças (dimensões da política).” (Oliveira, 2018 apud Frey et ali, 2017:12-13).

Oliveira opta por analisar as políticas destinadas ao Ensino Superior de forma separada por entender que pelo nível de abrangência das áreas como (educação, assistência social, meio ambiente, saúde, cultura) não há por que analisar essas políticas em um só bloco. Há um realce na análise por indicar quais os resultados dessas políticas, dentro de um período específico, particularmente até o ano de 2014, no qual ocorreu o ápice de muitas delas.

Mesmo a aplicação dessas políticas e a sua implementação, especificamente a partir de 2015, foram prejudicadas, de forma total ou parcial, por sofrer cortes orçamentários que provocaram mudanças no planejamento e na execução que podem acarretar a reversão dos resultados obtidos. São palpáveis as mudanças decorrentes das políticas aqui apresentadas e tiveram importante papel ao permitir um acesso mais democrático ao Ensino Superior no país, com isso, gerando reações de setores mais conservadores (principalmente políticas afirmativas) ao reduzir a desigualdade de acesso à um local dominado pelas elites do país. (Oliveira, 2018).

Pela análise dessas políticas concluímos que são infundadas as críticas de piora na educação ou nos índices educacionais do país, principalmente em relação as políticas afirmativas. Oliveira (2018)

ressalta, ainda, que não foi a primeira vez que promover mudanças no Ensino Superior provoca reações na sociedade e até mesmo dentro das universidades.

“Em texto originalmente de 1978²⁶, sobre a criação e os descaminhos da UnB, Darcy Ribeiro já afirmava que, além da grande oposição pública do político Israel Pinheiro à criação da UnB nos moldes em que Darcy propunha, enfrentava oposição na própria academia e na elite intelectual.” (Oliveira, 2018, p.122)

As principais políticas aqui analisadas exerceram papel fundamental na expansão do Ensino Superior no país. Foram iniciativas que possibilitaram novos horizontes para camadas mais vulneráveis da população. Ainda que as críticas sejam feitas, há uma esperança de que além de democratizar o acesso à educação elas possam fomentar a produção científica, modificar a estrutura da sociedade e auxiliar o desenvolvimento econômico e social.

Algumas mudanças substantivas merecem ser apontadas. As mulheres são as que representam o maior número de alunos graduandos desde 1996 e elas chegaram a representar 52,3% de todas as pessoas formadas em Instituições Federais de Ensino Superior públicas (Andifes/Fonaprace). Este dado representa uma melhora parcial frente à triste realidade da desigualdade de gênero na sociedade em termos de ocupação das áreas de liderança, mercado de trabalho e discriminação, em acordo com o descrito pela autora.

Em termos de **cor** e **raça** (para efeito de comparação e enumeração dos resultados das políticas analisadas no trabalho) estes marcadores demonstram que o perfil muda ao longo dos anos analisados, uma vez que, brancos representam uma menor fatia de graduandos ao longo dos anos. A participação de brancos foi, dos anos de 2003 até 2014, de 59,4% para 45,67%. Pardos foram de 28,3% de graduandos em Instituições Federais de Ensino Superior para 37,75% e pretos de 5,9% para 9,82%. Todas as camadas de raça ganharam em número de graduandos, com exceção de indígenas, os únicos que expressaram uma redução na taxa de graduandos no mesmo período. (Oliveira, 2018, p.127)

O relatório da Fonaprace²⁷ (2014) credita a um amplo movimento de reinterpretação da autodeclaração como possível motivo da mudança de tais indicadores, algo que é refutado por Oliveira (2018), cuja explicação ao diferencial que se observa em relação aos índices apresentados se deve ao papel que políticas públicas para desenvolvimento e inclusão implementadas nesse período. Os dados

²⁶ Ver Darcy Ribeiro (2010).

²⁷ Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. (Fonaprace)

seguintes são referentes ao percentual do total de estudantes em Instituições Federais de Ensino Superior:

Sobre a renda bruta familiar:

Remuneração/Ano	2010	2014
Até 1 Salário mínimo	8,33%	13,21%
Até 2 Salários mínimos	26,47%	36,65%
Até 3 Salários mínimos	40,66%	51,55%
Mais de 10 Salários mínimos	16,72%	10,5%

Fonte: Fonaprace em Oliveira 2018, p.128

Se considerarmos a renda bruta familiar por pessoa:

Remuneração/Ano	2014
Até ½ Salário mínimo	31,97%
Até 1 Salário mínimo	53,93%
Até 1,5 Salário mínimo	66,19%
Até 2 Salários mínimos	78,44%

Fonte: Fonaprace em Oliveira 2018, p.128

Os indicadores de renda também demonstram que, para os Institutos Federais de Ensino Superior, houve um aumento de estudantes de camadas maiores da sociedade, classes sociais não tão abastadas, e isso permite que o perfil dos estudantes se modifique e se torne mais condizente com o perfil da maioria da sociedade brasileira. Nota-se uma composição nova de estudantes onde quase 80% (se levarmos em conta a renda por pessoa) ganha até 2 Salários mínimos, como na tabela anterior. Além de permitir uma melhora na perspectiva futura de melhores rendimentos e melhoria de vida, como foi dito no presente trabalho.

Conclusão

Mostramos ao longo deste trabalho que o Desenvolvimentismo, relacionado à ganhos e avanços em termos econômicos e sociais, também auxiliou na redução da desigualdade existente no nosso país. Mas, alguns erros foram cometidos ao longo do período e alguns apontamentos são importantes para modificá-los. Por exemplo, o excesso do endividamento estudantil que se mostrou um risco e segue a lógica da mercantilização da educação. Este é um dos principais pontos que devem ser modificados pois

diretamente dependentes da organização das estruturas sociais e da capacidade do Estado e, em conjunto com o mercado, podem proporcionar mudanças concretas na sociedade.

A **Interseccionalidade de direitos** nos indica que, para além das necessidades de uma educação pública e de qualidade, são necessárias outras garantias de direitos que promovam a igualdade social, ainda que estejam presentes na nossa Constituição Federal (como saúde, educação, segurança), devem ser cada vez mais ampliadas para retomarmos o desenvolvimento social.

Esta retomada, segundo entendemos, pode se basear em cinco pontos que considero essenciais, quais sejam:

1. Revogação da Emenda Constitucional 95 do teto dos gastos pois o investimento e manutenção da Educação Superior de qualidade está inviabilizada pela permanência desta regra fiscal.
2. Reforma tributária sobre grandes fortunas que permita taxas progressivas (quem concentra mais riqueza deve pagar alíquotas maiores), como forma de evitar a reprodução desta desigualdade pelo Estado.
3. Aumento de gastos sociais pelo Estado em ações voltadas à redução de desigualdades como forma de permitir o acesso ao Ensino Superior.
4. Aumento dos investimentos públicos em educação. Houve uma queda real dos valores empenhados, liquidados e investidos na pasta da educação a partir de 2015 e isso prejudicou e prejudica os serviços prestados. Há aqui uma conexão direta com o teto de gastos pois com a atual regra é impossível uma expansão do investimento público que ultrapasse o teto, algo que limita a capacidade de investimento e, conseqüentemente, piora a Educação Superior.
5. Manutenção e expansão da assistência estudantil, tão importante para democratizar²⁹ o acesso ao Ensino Superior. Esta assistência também está em risco pela redução do volume de investimento. Somos pela ampliação direta e suspensão da obrigatoriedade de retorno dos

²⁹ O conceito de Democratização do conhecimento remete à Dubet (2015) que diferencia *Democratização* de *Massificação*. O primeiro sendo o efeito que caracteriza uma maior capilarização e correspondência social em se tratando do ensino médio. Ou seja, não só massificar o acesso (aumento) mas fazer com que as pessoas de classes sociais medias e baixas (que representam a maioria da população) estejam também representadas nesse universo de estudantes. Para melhor compreender ver Dubet (2015).

investimentos. Apesar dos avanços terem sido limitados, não concordamos com a busca de um modelo próximo ao do norte americano, no qual os estudantes têm dívidas gigantescas com o Ensino Superior em razão do dinheiro investido pelo Estado. A educação é um direito fundamental, não seguindo, portanto, a lógica do lucro.

Bibliografia

ARBO, P. BENNEWORTH, P. (2007). Entendendo a contribuição regional das Instituições de Ensino Superior: Uma revisão de literatura. OECD, Directorate for Education, OECD Education Working Papers. 10.1787/161208155312.

BASTOS, P. P. Z. (2012) A economia política do novo-desenvolvimentismo e o do social desenvolvimentismo. Em: Economia e Sociedade, V. 21, N. 4, Dez. 2012 [ESPECIAL] Disponível Em: <https://goo.gl/NySV56>.

BIELSCHOWSKY, R. (1988). Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: IPA/INPES.

BIANCARELLI, A. e ROSSI, P. (2014). A Política Macroeconômica e uma Estratégia Social Desenvolvimentista. Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento. Brasília, V.4, nº1, pp.21-38.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (2006) O Novo Desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. São Paulo em Perspectiva, 20(3): 5-24.

_____. (2010) Globalization and Competition: why some emergent countries succeed while others fall behind. Cambridge University Press, 2010.

_____. (2019) Do desenvolvimentismo clássico e da macroeconomia pós-keynesiana ao novo desenvolvimentismo. Brazil. J. Polit. Econ., São Paulo, v. 39, n. 2, p. 187-210, jun. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572019000200001&lng=pt&nrm=iso>.

_____. (2019) Modelos de Estado Desenvolvimentista. UFPR, Revista de Economia, v. 40, n. 73, p. 231-256.

BRESSER-PEREIRA, L. C. e GALA, P. (2012). O novo desenvolvimentismo e apontamentos para uma macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. Em: *Macroeconomia do Desenvolvimento: ensaios sobre restrição externa, financiamento e política macroeconômica*. Oreiro, J.L, de Paula, L.F e Basílio, F (Orgs). Recife. Editora Universitária UFPE.

BRESSER-PEREIRA, L. C. e NAKANO, Y. (2003). Crescimento Econômico com Poupança Externa? *Revista de Economia Política*, 22, nº2, p. 3-27.

CARDOSO Jr., J. C. P.; NOGUEIRA, R. P. (2013) —É preciso defender o Estado Brasileiro: tendências da ocupação no setor público na primeira década de 2000|| Em: Krein, J. D. [et all] (orgs.) *Regulação do trabalho e instituições públicas*. São Paulo, Editora Perseu Abramo

CARNEIRO, R. M. (2012) Velhos e novos desenvolvimentismo. *Economia & Sociedade*, Campinas, V. 21, Número Especial, P. 749-778, Dez. 2012.

CARVALHO, I. (2014). Dez anos de cota nas universidades: o que mudou? Disponível em: <https://goo.gl/KN74S7>.

CASTRO, J. A. (2012) Política social e desenvolvimento no Brasil In: *Economia e Sociedade*, v. 21, n. 4, dez. 2012 [especial] Disponível em: <https://goo.gl/NySV56>.

CATANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLI, R. de S. P. (2006) PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior. *Educ. rev.*, Curitiba, n. 28, p. 125-140, Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602006000200009&lng=en&nrm=iso>.

CHALMERS, J. (1982) *MITI and the Japanese Miracle "MITI e o Milagra Japones"*. Stanford: Stanford University Press.

_____. (1999) The developmental state: odyssey of a concept, in Meredith Woo-Cumings, org. (1999): 32-60.

CORBUCCI, P. R.; KUBOTA, L. C.; MEIRA, A. P. B. (2016) Reconfiguração estrutural ou concentração do mercado da educação superior privada no Brasil? In: Radar IPEA, 46, ago. 2016 Disponível em: <https://goo.gl/HxTtCW>

CURADO, M. FERNANDEZ, L. (2018). O mito da leniência fiscal no pensamento econômico desenvolvimentista. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 1, p. 61-87, Abril 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182018000100061&lng=en&nrm=iso>.

DUBET, F. (2015) Qual democratização do ensino superior? In: *Cad. CRH vol.28 no.74* Salvador Maio/Agosto. 2015

ESPING-ANDERSEN, G. (1991) As três economias políticas do Welfare State. *Lua nova*, n.24. Disponível em: <https://goo.gl/ShGwGS>

FAGNANI, E. (2017) Projeto de país, desigualdade e poder da desinformação. *A grande sociedade – qual é o projeto de desenvolvimento para o Brasil do futuro?* Fundação Perseu Abramo, São Paulo (SP)

FONSECA, P. C. D. (2004). Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Revista Pesquisa e Debate*. São Paulo, PUCSP, 15(2): 225-26.

FORNAZIER, A.; OLIVEIRA, A. L. M. (2013) O ideário neoliberal no Brasil na década de 1990 e suas implicações no trabalho e nos setores produtivos. In: *Oikos*, Rio de Janeiro, Volume 12, número 1. Disponível em: <https://goo.gl/XwYZKj>.

FURTADO, C. (1979) *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional.

FREITAS, C. SILVA, M. (2016). O Plano de Desenvolvimento da Educação no contexto do novo desenvolvimentismo brasileiro. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE, [S.l.]*, v. 32, n. 1, p. 69-88, jun. 2016. ISSN 2447-4193. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/62674>>.

FREY, K.; OLIVEIRA, V. E.; XIMENES, S. B.; BITTENCOURT, L. N.; LOTTA, G. S. (2017) Políticas públicas em perspectiva comparada: proposta de um framework para a análise de experiências locais. In: Revista do Serviço Público, Vo. 68; n.1, Jan/Mar 2017

GODDARD, J. B., & CHATTERTON, P. (1999). Regional Development Agencies and the Knowledge Economy: Harnessing the Potential of Universities. *Environment and Planning C: Government and Policy*, 17(6), 685–699. <https://doi.org/10.1068/c170685>

GOEBEL, M. MIÚRA, M. A (2004) Universidade como fator de Desenvolvimento: caso do município de Toledo-PR. Revista Expectativa, v.3.n.3.

ILO (2014) World Social Protection Report 2014/15: Building economic recovery, inclusive development and social justice. Disponível em: <https://goo.gl/2FB3Fs>

KALDOR, N. (1966) Causes of the Slow Rate of Economic Growth of the United Kingdom: an Inaugural Lecture. Cambridge: Cambridge University Press.

KATZ, C. (2016) Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo. 1ed, São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 473p.

KEYNES, J. M. The general theory of employment, interest and money. London: Macmillan, 1936.

KNIGHT, F. Risk, uncertainty and profit. London: Houghton Mifflin, 1921. (Second Edition, 1933).

KREIN, J. D.; MANZANO, M. (2014) Notas sobre a formalização, Estudo de Caso: Brasil Acesso em: 15/07/2014 Disponível em: <https://goo.gl/YAgbCW>

MEIRELLES, D. S. (2010) Teorias de mercado e regulação: por que os mercados e o governo falham? Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 644-660, Dec. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512010000400006&lng=en&nrm=iso>.

MILLE, M. (2004) The University, Knowledge Spillovers and Local Development: The Experience of a New University. *Higher Education Management and Policy*, Vol. 16, No. 3.

MOLLO, M. de L. R. (2015) O debate desenvolvimentista: reflexões sobre alternativas desenvolvimentistas marxistas. *Revista de Economia Política*, vol. 35, nº4(141), pp. 745-762, outubro-dezembro/2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572015v35n04a04>.

MOLLO, M. de L. R. & FONSECA, P. C. D. (2013) Desenvolvimentismo e Novo-Desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. *Revista de Economia Política*, vol. 33, nº 2 (131), pp. 222-239, abril-junho.

MORAIS, L. SAAD-FILHO, A. (2011) Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. *Revista de Economia Política*. [online]. 2011, vol.31, n.4, pp. 507-527. iSSn 0101-3157.

MORGAN, M. (2017) *Extreme and Persistent Inequality: New Evidence for Brazil Combining National Accounts, Surveys and Fiscal Data, 2001-2015*

OLIVEIRA, A. C. de O. e MOTTA, V. C. (2010) Novo-desenvolvimentismo, capital social e desigualdade social. Em: *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*. Vol.8, n.26. Rio de Janeiro UERJ/ Faculdade de Serviço Social.

OLIVEIRA, A. L. M. (2018) *Educação Superior brasileira no início do século XXI: inclusão interrompida? Tese (Doutorado em Economia) - Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas.*

OLIVEIRA, A. L. M. (2018) *Educação superior no Brasil: a inclusão interrompida? Em: Rossi, P.; Dweck, E.; Oliveira, A. L. M. (2018) Economia para Poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo, Editora Autonomia Literária.*

OREIRO, J.L. e PAULA, L.F. (2012) O Novo desenvolvimentismo e a agenda de reformas macroeconômicas para o crescimento sustentado com estabilidade de preços e equidade social. In: *Macroeconomia do Desenvolvimento: ensaios sobre restrição externa, financiamento e política macroeconômica*. Oreiro, J.L, de Paula, L.F e Basílio, F (Orgs). Recife. Editora Universitária UFPE.

PIKETTY, T. (2014) *O capital no século XXI*. 1ª edição, Rio de Janeiro. Intrínseca.

PNUD (2014) Human Development Report 2014. Disponível em: <https://goo.gl/kLMgeR>

POCHMANN, M. (2017) Desigualdade brasileira no início do século XXI: o que há de novo? A grande sociedade – qual é o projeto de desenvolvimento para o Brasil do futuro? Fundação Perseu Abramo, São Paulo (SP).

PREBISCH, R. (1950) The economic development of Latin America and its principal problems. Economic Commission for Latin America “O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. Comissão econômica para América Latina” (Document ECN 12.89), 194.

RIBEIRO, D. (2010) UnB: invenção e descaminho. In: Gomes, C. A. (org.) (2010) Darcy Ribeiro. Coleção Educadores, MEC, Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana.

ROSSI, A. J. (2016) As políticas de diversidade na educação: uma análise dos documentos finais das CONAEs, DCNs e PNE. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação. Disponível em: <https://goo.gl/Dexfn5>

ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M. (2018) Economia para Poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo, Editora Autonomia Literária.

ROSSI, P. OLIVEIRA, A. L. M; ARANTES, F. (2017) Austeridade e impactos no Brasil: Ajuste fiscal, teto de gastos e o financiamento da educação pública. Análise Número 33/2017, Friedrich Ebert Stiftung Acesso em: 11/04/2018 Disponível em: <https://goo.gl/FSHbif>.

ROSSI, W. G. (1978) Capitalismo e educação: contribuição ao estudo crítico da economia capitalista. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.

SGUISSARDI, V. (2015) Educação superior no Brasil Acesso em: 26/11/2018 Disponível em: <https://goo.gl/nBHxdE>

SICSÚ, J. PAULA, L. F. MICHEL, R. (2007) Por que novo desenvolvimentismo? Revista de Economia Política [online]. 2007, vol.27, n.4, pp. 507-524. iSSn 0101-3157.

SILVA, J. J. DA; BRUNO, M. A. P.; SILVA, D. B. DO N. (2020) Pobreza multidimensional no Brasil: uma análise do período 2004-2015. *Brazil. J. Polit. Econ.*, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 138-160, Mar. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572020000100138&lng=en&nrm=iso>.

SOLOW, R. (1957) Mudança Técnica e a Função de Produção Agregada *The Review of Economics and Statistics*, 39(3), 312-320. doi:10.2307/1926047

VIEIRA, D. J. (2016). Desenvolvimento regional, C&T e ensino superior: notas sobre o contexto recente do Brasil e da Bahia. *Bahia Análise & Dados*, V.26, n.1 Disponível em: <https://goo.gl/NnTx8e>.